

DA ALA LIBERAL AO FIM DO REGIME

Joaquim da Silva Pinto

I – Devemos remontar aos distantes anos cinquenta, para compreender melhor a formação da ALA LIBERAL do período Marcelista, aliás imprópriamente denominada como tal, porque muitos dos seus membros eram confessadamente adeptos de concepções próximas da social democracia, defendendo o papel do Estado como impulsionador do desenvolvimento sócio-económico e não mero regulador da economia de mercado. Foi a partir daí que se intensificou um movimento contestatário em relação ao Regime da Constituição de trinta e três na interpretação rígida de Salazar, que se tinha como errónea ou ultrapassada. Registou-se então uma marcante evolução, diria alteração, na atitude da comunidade católica, com primordial expressão nos sectores operário e universitário da influente Acção Católica, reconhecida pelo Episcopado como a voz institucional dos leigos, que se traduziu num desassombrado diálogo com os respectivos movimentos laicos, mesmo quando proclamados de agnósticos.

No que respeita à universidade há que destacar o papel das juventudes masculina e feminina, as denominadas JUC, sobretudo no Porto e em Lisboa, em torno respectivamente do Bispo D. António e do Padre António Reis Rodrigues, que mesmo depois de ascender por mérito a cónego continuou a ser para os seus rapazes, o Dr. Rodrigues. A forma inovadora de ambos na interpretação da mensagem dos Evangelhos, valorizando a componente social e integrando na virtude da Caridade a defesa dos direitos do próximo, levou à conversão de numerosos jovens, que já como militantes da JUC iniciaram o acesso aos Sacramentos. A par desses, não foram poucos os filhos de famílias católicas tradicionais, que ganharam uma visão diferente do papel da Igreja. Tantos rapazes, como raparigas.

Sucederam-se realizações de grande impacto na vida cultural, social e conseqüentemente política, começando pelo congresso de ambas as

JUC de 1952 (?) sendo presidentes nacionais Adérito Sedas Nunes e Lurdes Pintassilgo, para se ir ganhando expressão prática com a criação do Cine Clube Católico, o lançamento do jornal *O Encontro*, as Jornadas de Fátima de 1958, conjugando centenas de jovens de ambos os géneros, dos três núcleos universitários existentes à época. Basta reler as comunicações e conclusões das Jornadas para se perceber que estava a germinar o espírito pré-conciliar, no que o Vaticano II envolveu de purificação e sentido de exigência, em termos de Fé, mas também de alargados horizontes de Esperança.

Os ensinamentos do monsenhor Montini eram leituras predilectas e quando este foi designado Arcebispo de Milão, passou a ser para muitíssimos membros das JUC o futuro Papa desejado. Rezava-se nesse sentido. Só que o Espírito Santo tem vontade própria e foi o bondosíssimo, mas carismático após melhor conhecido, Papa João a personificar o grande passo do Concílio da Renovação, vindo a ser o seu sucessor Montini a desempenhar o doloroso papel de sustentar excessos de entusiasmo reformista, ficando na memória dos tempos como reaccionário aos efeitos da iniciativa para a qual tanto contribuíra. Uma vez mais, o peso da circunstância, como dizia Ortega y Gasset.

Foi esta geração, que após dez anos de consolidação profissional, designadamente da elaboração dos Planos de Fomento, Intercalar e III, sob a orientação do ex presidente geral da JUC João Salgueiro, mas também no exercício de profissões liberais, integração nas universidades, participação no Centro de Estudos Sociais e Corporativos, de onde brotou a *Análise Social*, e ainda na colaboração em publicações da Editora Morais do democrata-cristão Alçada Baptista, em especial na revista *Tempo e Modo*, chegou a 1968 com uma vincada vontade de contribuir politicamente para algo muito diferente da fase final do consulado de Salazar, pois mesmo quando elementos técnicos da Administração se refugiavam no estatuto, aliás consentido, de tecnocratas.

De sublinhar o construtivo entendimento entre estes católicos apelidados de progressistas, para satisfação própria, e não crentes, ou cristãos não católicos. Talvez alguns já não fossem católicos praticantes, mas eram referenciados como elementos da Igreja pelas responsabilidades, que haviam assumido na JUC quando estudantes. Isso veio a transparecer por depoimentos após Abril de 74.

II – A subida ao poder de Marcelo Caetano representava um factor de esperança pelo seu prestígio como professor e ex Reitor da Universi-

dade de Lisboa, afastado há anos do convívio com Salazar, predisposto a uma renovação, que infelizmente se veio a confinar na evolução na continuidade, por efeito do persistente confronto com o sector reaccionário, que se movia em volta do Presidente da República e tinha raízes, menos profundas afinal do que arvoravam, nos sectores militar, universitário e financeiro. Parte da Igreja clerical também não deixava de se manter prisioneira de padrões tradicionais, pois os ventos do Concílio tardaram a arejar nalgumas dioceses.

O impulso inicial de Marcelo Caetano mereceu a receptividade da larga maioria desse movimento reformista, pelo que não foi difícil ao novo Chefe do Governo obter adesões significativas, tanto para o Governo, como para a renovação parlamentar operada em 1969, como deputados ou procuradores à Câmara Corporativa designados pelo Executivo.

Nasceu assim a denominada ALA LIBERAL, que não consistiu num movimento previamente organizado, mas resultou sim de uma série de convites a partir do próprio Marcelo Caetano, impulsionado pelo entusiasmo de Melo e Castro e pela visão estratégica de Miler Guerra, personalidade marcante dos meios católicos.

Dos mais de trinta convidados para funções parlamentares, alguns escusaram-se preferindo lugares no corpo técnico da Administração ou recusaram por descrença nos propósitos renovadores de quem os convidava.

Foram numerosos os católicos que integraram a ALA LIBERAL e mesmo quando se tivessem afastado da prática religiosa, afirmando-se agnósticos ou protestantes, nunca deixavam de valorizar nos seus currículos o facto de terem militado na Juventude Universitária Católica.

O prolongamento, sem fim à vista, da guerra colonial, a grande questão do período marcelista, envolvia no seio da Igreja especial mau estar, porque para além de não se encontrar a desejável solução política, que pusesse cobro a atormentadas situações familiares e atrasos nas carreiras profissionais, se desenvolveu o choque com convicções a favor da Paz.

Pode dizer-se que a larga maioria da Igreja no seu todo, perdera confiança no Regime. Marcelo Caetano e o sector mais reformista esbarravam, contra a muralha reaccionária, que se opunha à solução política do recurso à intermediação fosse de organismos internacionais, fosse de países terceiros, apelidando com frequência de traidores quantos tinham o propósito de acelerar a independência de Angola e Moçambique, já que o caso da Guiné se aparentava sem solução.

Deve também referir-se o contributo crítico das Conferências Vicentinas no confronto directo com as carências do estrato mais desfavorecido da população, apesar dos progressos realizados nos domínios salarial e da segurança social. Como também foi importante a extensão por todo o país real do Movimento dos Cursilhos, que sublinhou disparidades regionais.

Factor determinante foi a substituição do Patriarca de Lisboa e a sucessiva designação de Bispos de orientação pós conciliar. A Igreja demarcava-se do Estado, o que aliás Marcelo Caetano aceitava de boa mente, sendo o primeiro-disso fui testemunha- a pressionar Roma no sentido da revisão da Concordata, porque o afligia a impossibilidade dos casados religiosamente não poderem celebrar segundas núpcias pelo civil, o que acarretava penosas situações, concretamente para os filhos da nova ligação.

Finalmente, há que salientar como fonte crítica da situação vigente a acção da Universidade Católica, que cedo contrariou a visão do Cardeal Cerejeira, que a concebera como Seminário Superior aberto aos leigos, para se tornar num fulgurante foco de investigação e ensino, com professores e alunos não obrigatoriamente católicos, aprofundando os temas do conhecimento à luz da liberdade académica. Multiplicavam-se juízos de valor e estatísticas, que a censura consentia não tanto por se tratar de uma universidade, mas por esta ser católica.

Seria injusto omitir, que na fase final do Regime, estava a consolidar-se um movimento predominantemente católico, tendo como líder Adelino Amaro da Costa e referência Diogo Freitas do Amaral, que visava contribuir para uma transição do Regime autoritário para um estágio pré democrático, como acontecia em Espanha, neste caso em redor da Opus Dei, factor fundamental para a transição frutuosa registada no país vizinho a partir da morte do general Franco, beneficiando é certo de dois factores com influência interna e externa: Espanha não tinha uma guerra em curso e o exemplo português recomendava prudência. Faz parte da História. Sobre este movimento também teria alguma informação a prestar, não fosse extravasar o tema proposto pela Universidade Católica no seu convite, que aceitei com gosto.